



EDITORIAL

LEITURAS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Wagner Vinhas¹

É com satisfação que entregamos o primeiro volume da Revista Acadêmica em Humanidades - Artífices, periódico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). A Revista Artífices constitui-se um instrumento de publicações em Humanidades, cujas investigações articulem as temáticas da educação, do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura. O periódico interdisciplinar acolhe resultados de pesquisas e de estudos que tanto podem se apresentar como trabalhos em andamento ou resultados consolidados. A Revista Artífices é uma iniciativa do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Humanidades (NEPEH-IFBA).

O trabalho de lançar um periódico em humanidades nos motivou desde o início, porque víamos a oportunidade de ampliar os espaços de apresentação dos trabalhos da área de Humanas. A Revista nasce com a intenção de ser um espaço para pesquisadores, bem como contribuir com abordagens críticas e criativas sobre temas relevantes às Humanidades e com a divulgação de trabalhos de núcleos permanentes e emergentes em nossa área.

Para o lançamento da Revista, convidamos pesquisadores a oferecerem ao leitor reflexões sobre o atual contexto brasileiro, focando temas como educação, trabalho, tecnologia, ciência e cultura. Procuramos organizar uma coletânea com artigos contendo abordagens culturais, históricas, políticas, sociais e, dessa forma, apresentar os estudos que englobam o processo civilizatório brasileiro, levando em consideração os desafios e as conquistas que ajudam a compreender o Brasil contemporâneo. Os trabalhos foram produzidos em um cenário de hiperpolarização política, de reencantamento do mundo, de

¹ Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e editor chefe da Revista Acadêmica em Humanidades, Artífices.



crise sanitária e econômica, assumindo, por sua vez, um tom crítico com o momento atual e trazendo luz para algumas questões pouco compreendidas entre nós.

O primeiro volume contém a produção intelectual de pesquisadores que aceitaram o desafio de interpretar o Brasil, em particular abordando dinâmicas locais, regionais e de âmbito nacional. A variedade de contextos apresentada articula dimensões do fazer intelectual que envolvem simultaneamente as realidades particulares que fundamentam o universal e, por sua vez, o universal que engloba as particularidades históricas: Brasil, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro.

A reflexão sobre o Brasil contemporâneo parte dos aspectos fundamentais do nosso processo civilizacional e coloca desafios para pensar a cultura, o mundo do trabalho, a formação acadêmica e profissional, a inovação tecnológica e a produção científica. O dossiê “Leituras do Brasil contemporâneo” se debruça sobre balanços temáticos e bibliográficos, abrangendo tópicos fundamentais para a produção teórica e empírica na área das Humanidades e propõe debater os sentidos, os alcances e os impasses na tarefa de refletir o Brasil contemporâneo.

Os balanços bibliográficos oferecem, além do desenho da produção teórica em cada área, as metodologias diversas e técnicas de pesquisa empregadas em sua construção. Quais os desafios têm se apresentado para a produção de conhecimento sobre o Brasil contemporâneo? Quais as dinâmicas locais, regionais e nacional? E, ao se estabelecer uma articulação entre esses temas, quais panoramas podem compor a respeito do Brasil contemporâneo? São essas questões que compõem o presente dossiê.

O Brasil passa por um momento singular, porque as nossas particularidades se tornaram ainda mais evidentes com as crises sucessivas desde o impeachment [2016] e mesmo antes da presidente da República Dilma Rousseff. Em meio aos acontecimentos locais, a chegada da pandemia exacerbou os desafios existentes, como também revelou a solidariedade do brasileiro em momentos de grande dificuldade coletiva, como o que estamos vivendo. Trata-se de uma sobrevivência comunitária em meio à falta de assistência do poder público e dos mercados, os dois grandes empregadores e distribuidores da



riqueza nacional. Em um cenário adverso, o brasileiro comum age de forma tácita e por modelos informais de organização social e econômica para mitigar as defasagens do capital social acumulado durante a formação educacional, profissional e cultural.

O desleixo com a vida humana no Brasil rendeu à nação a perda de milhares de vidas, consequências da falta de direção e ausência de um projeto nacional, mas, acima de tudo, do descaso com o nosso processo civilizatório. Os discursos de brasilidade são confrontados com as estatísticas de mortalidade na população negra e indígena, mas também das mulheres, dos jovens, das crianças e dos idosos, bem como daqueles que Homi Bhabha (2005)² denominou de sexualidades policiadas. O mito da modernização brasileira não se sustenta frente aos índices de desigualdade no acesso educacional, processo vital para inserção na economia formal; no acesso jurídico, fundamento para uma vida cidadã; no reconhecimento das diferenças culturais, aspecto basilar de uma sociedade multicultural.

O trabalho de refletir o Brasil envolve instrumentos que garantem à diversidade de ideias, o avanço teórico para a fundamentação do pensamento nacional e as bases para a edificação das concepções culturais e ideológicas do país. Pensar a nação no contexto atual consiste no trabalho de aprofundamento de certas questões e o desvelamento de outras, o que, muitas vezes, incomoda o *status quo*, mas é necessário para a consolidação do nosso processo civilizatório. É o Brasil que segue buscando se encontrar, se compreender, mesmo com os percalços e a brutal ausência de políticas voltadas à produção e à garantia da qualidade dos trabalhos produzidos no país.

A construção do processo civilizacional brasileiro enfrenta historicamente obstáculos para acomodar a diversidade da população brasileira em seu ideal de nação (AZEVEDO, 1996; CARVALHO, 1987; SOUZA, 2009)³. É nessa linha que Sérgio Castilho retoma as obras de Caio Prado Júnior (“A formação do Brasil contemporâneo”

² BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

³ AZEVEDO, Thales de. As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social; & Classes sociais e grupos de prestígio. 2. ed. Salvador, BA: EDUFBA, 1996; CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; SOUZA, Jessé. A ralé brasileira; quem são e como vivem. Ed. UFMG, 2009.



de 1943) e Celso Furtado (“Formação econômica do Brasil”, 1959) para argumentar que o estudo das continuidades históricas é uma forma adequada para compreender o Brasil contemporâneo. Para o autor, as profundas transformações das últimas décadas não foram suficientes para sobrepor às evidências da persistência do passado colonial e da inconclusão da nossa modernidade. Essa reprodução do passado no presente seria responsável pela desigualdade que afeta, principalmente, as populações pobres e pretas do país, ocorrendo, inclusive, durante os governos mais progressistas da história brasileira – o que pode ser observado em relação aos povos originários que nem sequer foram acomodados na modernidade brasileira.

As profundas desigualdades da sociedade brasileira podem ser mais bem observadas no biônimo centro-periferia, ou seja, em certas representações que reduzem o debate a posições binárias e que ocultam as possíveis mediações nas fronteiras. É dessa forma que Edson Bezerra propõe pensar os movimentos articulatórios com as culturas populares, visando romper, por sua vez, com as representações dominantes sobre a violência em Maceió, estado de Alagoas. É nesse sentido que a visão predominante sobre o estado de Alagoas é rasurada por aquilo que o autor chama de invasão das margens, ou, dito de outra forma, por uma estética híbrida constituída a partir das alegorias alagoanas.

A fruição centro-periferia engloba uma relação de poder alimentada pela disputa de capitais econômicos, sociais e simbólicos com os quais se tem produzido as modernizações periféricas. É dessa forma que Fábio Baldaia propõe pensar o processo de modernização no Brasil, pautado, principalmente, pelo vínculo com a tradição. Partindo da Teoria da Festa, o autor analisa a estruturação e a dinâmica da sociedade brasileira enquanto campo privilegiado para apontar as contradições em meio à construção de uma modernização periférica em particular. Portanto, as festas são tomadas como meios fortes de compreender as formas de sociabilidade e as representações políticas construídas por intermédio dos repertórios disponíveis em certos espaços sociais.

É por intermédio dessa incompletude que verificamos o agravamento das desigualdades com o novo coronavírus. A pandemia exacerbou conflitos e desequilíbrios



potencialmente existentes em um cenário marcado pelo aprofundamento das políticas neoliberais em todo o mundo. A letalidade do vírus pode ser equiparada à gravidade da “necropolítica” que atinge as populações mais vulneráveis, em particular os não brancos. É nessa perspectiva que Marielson de Castro busca refletir sobre o “racismo pandêmico” que aparece em alguns discursos político e científico elaborados durante a pandemia da covid-19. A discussão parte de como o racismo estrutural afeta os sujeitos negros e como o reflexo dele na pandemia amplia as possibilidades de adoecimento desses corpos. O autor apresenta um estudo comparado com o continente africano, bem como os Estados Unidos para demonstrar como a “necropolítica” tem sido estrategicamente e amplamente utilizada durante a pandemia.

Nessa linha de que a crise sanitária ampliou as desigualdades sociais, Gustavo Leite e Daniely Silva apontam para a necessidade de retomar o desenvolvimento regional para enfrentar as desigualdades potencializadas durante a pandemia. O foco do artigo é a região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), cenário de uma das mais expressivas disparidades vivenciadas no conjunto da população brasileira. É nesse cenário que os autores propõem refletir o papel da integração da agenda das políticas públicas na RMRJ, ou seja, os direitos sociais devem estar integrados com outras políticas setoriais visando garantir a cidadania plena na RMRJ. Essa seria uma forma de mitigar as consequências da atual crise sanitária nos municípios que compõe a RMRJ nos setores: saúde, educação, renda, habitação, saneamento e demais que suscitam questões historicamente conhecidas nesses respectivos territórios.

A necessidade das políticas públicas voltadas à população brasileira abarca tanto as demandas por direitos sociais e economias de mercado, como, também, as relacionadas à economia simbólica. É nesse sentido que Leandro de Paula e Pedro Ayala analisam as políticas culturais do último governo empossado, revelando uma perspectiva conservadora que tomou conta da disputa pelo sentido cultural da nação. Partem de uma breve historicização do Ministério da Cultura, MinC, para demonstrar as transformações ocorridas nas últimas décadas com a gestão da cultura no país. Os autores apresentam ainda um quadro de agravamento da crise da gestão cultural desde o governo do ex-



presidente Temer. Essa crise foi aprofundada, por sua vez, pela posição ideológica do que vem sendo chamado de bolsonarismo e, por isso, um fenômeno mais amplo do que podemos atribuir à figura do atual presidente da república, portanto, envolvendo outros movimentos conservadores que alimentam e dão densidade ao fenômeno.

A predominância de certos setores privados sobre os interesses públicos tem levantado críticas em relação à gestão do campo educacional brasileiro, bem como da formação profissional docente. É nessa perspectiva que Roberta Melo apresenta reflexões acerca da gestão educacional brasileira que vem sendo submetida aos interesses internacionais, visando uma maior participação das economias de mercado. Portanto, a formação e as políticas educacionais acabam atendendo, em primeira mão, a certos interesses difusos, imprimindo sobre a profissionalização e o fazer docente, o sucateamento que abrange tanto as instituições, bem como os serviços educacionais prestados à população brasileira.

Todas essas questões nos remetem para aquilo que estamos chamando de processo civilizacional brasileiro, ou seja, uma dinâmica com idas e vindas, que, ao mesmo tempo, revela as tensões internas com os interesses de fora. A entrevista com o professor Albino Rubim traz importantes reflexões sobre a trajetória dessa construção, bem como alguns dos seus mais importantes desafios. Contudo, para o professor, apesar dos percalços enfrentados pela sociedade brasileira em se imaginar e construir a si mesma, não podemos deixar de reconhecer o poder criativo e inventivo que tanto marca a população brasileira, bem como o papel das instituições do país, em especial das universidades que, por sua vez, ampliam o acesso ao ensino público e acena para a possibilidade de um país mais democrático e criativo.

Podemos situar o processo civilizacional brasileiro como uma história de longa duração, na qual as mentalidades – crenças, valores, significações – permitem organizar ações e práticas do cotidiano da população brasileira. A entrevista com o professor Carlos Sávio aborda as transformações nos modos de pensar, sentir e agir provocadas por correntes de pensamento – construtivismo institucional, patrimonialismo, liberalismo culturalista – que agem sobre a estrutura da sociedade brasileira e modificam características aparentemente sedimentadas entre nós. O entrevistado parte da ideia de



uma formação sincrética – étnica, religiosa, institucional – que molda a nossa experiência com a modernidade, alimentada pelas vivências com elementos advindos de outras realidades, mas conformadas à realidade local - escravidão, ruralismo, tropicalismo. É dessa forma que, em meio às profundas mutações ocorridas na sociedade brasileira, cabe a educação um papel predominante na consolidação de nossa originalidade.

O lançamento da Revista Artífices implicou em um período de maturação das ideias e de organização do periódico e contou com o apoio de muitos colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Entre eles gostaria de destacar a participação de André Nunes de Sousa (DAGEO-IFBA), Anizia C. de Assunção Oliveira (DAGEO-IFBA), Catiane Rocha Passos de Souza (DALV-IFBA), Erivaldo Sales Nunes (DHIST-IFBA), Maria Lucileide Mota Lima (DAFIL-IFBA), Roberto da Cruz Melo (DSPP-IFBA), Ronaldo Pimentel (DAFIL-IFBA), Samir Pérez Mortada (DSPP-IFBA) e Virlene Cardoso Moreira (DHIST-IFBA). Também gostaria de fazer um agradecimento especial a Tiago Medeiros de Araújo (DFIL-IFBA) e a JanCarlos Lapa (DFIS-IFBA) pelas contribuições para o lançamento do presente volume.